



RESOLUÇÃO

SECRETARIADO NACIONAL DE 24.07.2013

O País atravessou, nas últimas semanas, um clima de forte instabilidade e incerteza políticas, originado no seio da coligação governamental.

A UGT reiteradamente apelou ao sentido de responsabilidade das instituições democráticas e actores políticos, com vista a uma rápida saída do impasse gerado.

A UGT fez tal apelo em todas as suas intervenções públicas, nomeadamente na comunicação social e, quando a tal foi chamada, junto do Presidente da República.

Fê-lo ainda num espírito de verdadeiro diálogo social e de consenso com os parceiros sociais, na defesa de um entendimento entre os partidos que subscreveram o Memorando de Entendimento com a Troika, na procura de uma solução que viabilizasse a retoma de uma desejável situação de estabilidade governativa.

Após a comunicação do Presidente da República do passado dia 21 de Julho, a UGT não pode senão esperar que o caminho apontado se venha a traduzir numa efectiva coesão do Governo, que permita romper com a incerteza e garanta uma mudança de políticas, conforme a tal instou o Presidente da República, ao afirmar que é *"fundamental que todo o Governo assuma como prioridade o reforço da aplicação de medidas de relançamento da economia e de combate ao desemprego" e "aprofundar as medidas de estímulo ao investimento e de captação do investimento externo, onde se incluem a estabilidade e a previsibilidade do sistema fiscal"*.

Essa é uma mudança de políticas que a UGT há muito vem reivindicando como necessária e urgente e que esteve aliás na base da Greve Geral de 27 de Junho de 2013.

Importa ainda referir a necessidade de valorização do papel dos Parceiros Sociais e da Concertação Social sublinhada, de forma enfática, na intervenção do Presidente da República, algo a que a UGT tem dado o devido relevo.

O Secretariado Nacional da UGT, reunido em 24 de Julho de 2013, decide:

1. Exigir uma mudança de políticas e o fim de mais e mais austeridade, a qual tem fustigado os portugueses e o País e já provou não ser a solução para a crise, originando não apenas um insustentável aumento do desemprego, o agravamento das situações de pobreza e exclusão e empobrecimento dos trabalhadores e pensionistas como ainda uma maior recessão económica;
2. Exigir a implementação de políticas de crescimento económico e medidas activas de emprego e combate à elevada taxa de desemprego, na sequência do Acordo de Concertação Social celebrado em 18 de Janeiro de 2012 e que o Governo tarda em cumprir, nomeadamente por via do investimento público e da criação de condições favoráveis ao investimento privado, nacional e externo, atendendo em particular à situação das PME;
3. Defender uma política de rendimentos mais justa e que sustente a imprescindível retoma da procura interna;
4. A UGT reafirma a urgência da actualização do salário mínimo nacional e um aumento digno, não apenas das pensões mínimas, mas de todas as de mais baixo valor;
5. Exigir a rápida conclusão do processo de revisão das políticas activas de emprego, que assume urgência no contexto de contínuo agravamento do desemprego, com particular atenção aos grupos mais vulneráveis. É urgente reforçar as medidas dirigidas aos jovens, visando a melhoria das suas competências, em melhor articulação com as necessidades do mercado, bem como um efectivo apoio à sua inserção profissional. Também os desempregados de longa duração e os desempregados com mais de 45 anos devem ser objecto de apoio e políticas que

fomentem o seu regresso ao mercado de trabalho, ou que lhes assegurem rendimentos substitutivos;

6. Exigir uma maior justiça fiscal, pondo fim à imposição de sacrifícios sempre aos mesmos, trabalhadores e pensionistas. A UGT defende uma política fiscal amiga da actividade económica e do emprego, com um adequado reequilíbrio da carga fiscal, bem como o combate à economia informal.

A UGT exige uma redução gradual da carga fiscal em sede de IRS, bem como a reposição do IVA da restauração para 13%;

7. Reiterar a nossa oposição a uma Reforma do Estado centrada exclusivamente na redução irracional de custos e não na melhoria do funcionamento da Administração Pública. A UGT manterá a sua intransigente defesa do Estado Social e dos direitos dos trabalhadores da Administração Pública, rejeitando uma política de despedimentos encapotados que comprometem igualmente a qualidade dos serviços prestados a todos os cidadãos e à economia;

8. Exigir o reforço da negociação colectiva nos sectores privado, público e empresarial do Estado, devendo o Governo assumir plenamente as suas responsabilidades e cumprir os seus compromissos de dinamização e agilização dos diferentes processos negociais, sendo nomeadamente urgente a entrada em funcionamento do Centro de Relações Laborais e pôr fim aos obstáculos que têm sido criados a uma mais efectiva cobertura da contratação colectiva;

A remodelação do Governo, aceite pelo Presidente da República, impõe-lhe uma responsabilidade acrescida, não apenas na mudança de políticas, mas também e sobretudo na necessidade de um maior envolvimento dos actores políticos e sociais nessa mudança.

A UGT, central cuja matriz assenta no diálogo, no compromisso e na proposição, manterá a sua abertura para o diálogo social, entendendo que o Governo deverá

assumir plenamente as suas responsabilidades, para uma efectiva e real construção de consensos e compromissos.

A UGT manterá o seu empenho na procura de soluções para o País e para os trabalhadores, desempregados e reformados que representa e defende.

O Secretariado Nacional da UGT

Lisboa, 24 de Julho de 2013

Aprovado por maioria com uma abstenção